

Sumário

Introdução	1
Capítulo I.....	3
1 – Elementos históricos do processo social, mercadológico e jurídico que ensejou a edição da lei nº 14.193/2021 (LSAF):.....	3
1.1. O direito desportivo e suas fontes.....	4
1.2. O futebol no contexto do direito desportivo: propriedade imaterial?.....	5
1.3. A introdução histórica do futebol na sociedade brasileira	8
1.3.1. A Federação Brasileira de Futebol e a Federação Brasileira de Sports	13
1.4. A profissionalização do futebol: do amadorismo aos investimentos e comercialização	14
1.4.1. A profissionalização do futebol no mundo.....	15
1.4.2. A profissionalização do futebol no Brasil	18
1.5. A primeira legislação a tratar oficialmente do esporte no Brasil: Decreto-Lei nº 3.199/1941.....	23
1.6. A primeira definição legal de “Desporto” no Brasil: Lei nº 6.251/1975.....	25
1.7. A Lei do passe (Lei nº 6.354/1976): submissão do atleta à vontade arbitrária do empregador	27
1.8. O desporto na Constituição Federal de 1988: a autonomia das agremiações.....	29
1.9. A redução da interferência do Estado no esporte: Lei nº 8.672/1993 (Lei Zico)	32

1.10. Transparência, segurança jurídica e profissionalismo ao esporte: A Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé)	35
1.11. A formação de empresa (Cia., Ltda., N.C., C.A., etc.) trazida pela Lei Zico e Lei Pelé resolveu efetivamente o problema dos clubes?	42
1.11.1. A Sociedade Anônima do Futebol: Lei nº 14.193/2021	44
1.12 A Lei Geral do Esporte, Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023	46
Capítulo II	51
1. A Regulação por Instrumentos Societários:	51
1.1 O Exemplo prático da Lei nº 14.193/2021	54
2. As associações	58
2.1 A preferência dos clubes pelo modelo associativo	61
2.1.1. Associações e Sociedades: diferenças jurídicas	66
3. Sociedade Anônima: legislação, constituição e características, governança corporativa.....	69
4. As Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) – Lei nº 14.193/2021	75
4.1. Os: <i>stakeholders</i> no âmbito da SAF	83
4.2. Objeto da SAF:	86
5. Constituição da Sociedade Anônima de Futebol	92
5.1 Transformação:	93
5.1.1 O instituto da transformação na Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976)	96
5.2. Cisão	98
5.2.1. O instituto da Oposição previsto na Lei das S.A.	103

5.2.2. Contraponto entre o art. 33 da Lei nº 6.404/1976 e art. 2º, § 2º, IV da Lei nº 14.193/2021.....	105
5.3. Iniciativa de pessoa natural, jurídica ou fundo econômico:....	109
5.4. Drop Down:.....	111
5.5. constituição de SAF para fraudar credores: desconsideração da personalidade jurídica	113
5.6 Governança Corporativa	116
6. As Obrigações da Sociedade Anônima do Futebol abrangem toda e qualquer obrigação?.....	125
7. Do Modo de Quitação das Obrigações	130
8. Regime Centralizado de Execuções – RCE.....	131
8.1. O RCE pressupõe a existência de uma SAF	141
8.2. Ordem de preferência das execuções:	144
8.3. Necessidade de regulamentação das preferências por decreto....	146
9. Da Recuperação Judicial e Extrajudicial do Clube ou Pessoa Jurídica Original.....	150
10. Do Financiamento da Sociedade Anônima do Futebol: as debêntures-fut.....	153
11. Do Programa de Desenvolvimento Educacional e Social (PDE)....	159
12. A reforma Tributária e a SAF: Emenda à Constituição Federal nº 132/2023.....	166
13. Do Regime de Tributação Específica do Futebol (TEF)	167
14. Parecer de Orientação 41 da Comissão de Valores Mobiliários e a SAF	172
15. Agência Reguladora do Futebol: uma necessidade	176

16. A Lei de liberdade econômica ou Declaração de Direitos de Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019.....	178
17. Projeto de Lei nº 2.978, de 2023.....	180
Considerações Finais.....	183
Referências Bibliográficas	187